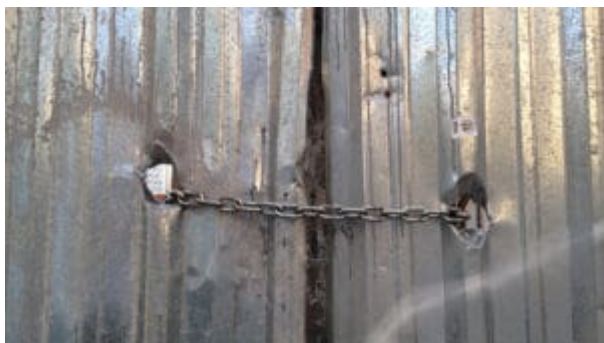


Clientes negros são suspeitos



Por **PAULO SÉRGIO PINHEIRO**

É preciso derrubar o apartheid brasileiro

Mais uma vez, seguranças de supermercado, agora em uma loja Carrefour, em Porto Alegre (RS), espancam e assassinam um homem negro, Alberto Silveira Freitas, 40 anos – violência que foi registrada em foto e vídeo.

O enredo é sempre o mesmo. Agentes de segurança em um shopping center ou supermercado espancam, usam cárcere privado, assassinam, até, como nesse crime, cometido na véspera do dia da Consciência Negra. A empresa informa que se trata de funcionários de uma terceirizada e que jamais dera orientação a essa empresa para usar violência. Logo em seguida, vem um comunicado lacrimoso, preparado pelo setor jurídico da firma de segurança, para livrar a cara dos proprietários. Anunciam alguma compensação.

O comunicado daquele Carrefour em Porto Alegre segue o mesmo cerimonial. Sua assessoria de imprensa definiu a morte como “brutal” e anunciou que romperá o contrato com a empresa contratante dos seguranças. Informou também que demitirá o funcionário responsável pela loja na hora do ocorrido. E, mais enfaticamente: “O Carrefour informa que adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso (...) Em respeito à vítima, a loja será fechada [logo depois do assassinato a loja permaneceu aberta]. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário”. O que acontecerá depois? Em geral, não acontece nada. Porque os advogados da empresa tudo farão para eximi-la de qualquer responsabilidade por um crime cometido por terceiros. A manchete desaparece da primeira página... até uma nova ocorrência idêntica.

Está mais do que na hora de devassarmos esse enredo repetitivo. Mesmo que os proprietários dessas mega redes comerciais não deem orientação precisa para seus funcionários ou agentes de segurança quanto à violência, não há nenhuma orientação para não cometerem o crime de racismo. Nos shoppings, agentes elegantes, de terno, ou tailleur para as mulheres, têm a função básica de preservar aqueles espaços para os clientes brancos. Crianças pobres ou mal vestidas – se negros, pior ainda – são escoraçadas de lojas de brinquedos. Clientes pretos são suspeitos em primeira instância e os zelosos agentes os perseguem de perto. Há uma norma não escrita: clientes negros de qualquer idade são suspeitos.

O ideal seria que os proprietários daqueles estabelecimentos assumissem voluntariamente sua responsabilidade, impondo a seus funcionários e nos contratos com as empresas de segurança cláusulas claras proibindo a prática de racismo ou de violência. Enquanto assim não fizerem, ou enquanto o poder legislativo não adotar normas rígidas contra o racismo e a violência em grandes complexos comerciais e nos contratos com empresas de segurança, não há outra via senão a responsabilização criminal e cível pelas vítimas ou suas famílias. A defensoria pública deveria dar um tratamento especial a essas causas

Por que se sucedem esses horrores em supermercados e shoppings? Porque a instituição da democracia, em trinta anos de plena constitucionalidade, não conseguiu debelar, apesar de políticas afirmativas e quotas raciais, o apartheid que prevalece em todos espaços da vida da população negra, agora maioria de 56% no Brasil. Não pode haver democracia consolidada com negras e negros sendo executados nas periferias das metrópoles pelas PMs e torturados nas prisões; ausentes de todos os lugares de poder, como o executivo, o legislativo, judiciário, o ministério público; recebendo salários inferiores aos brancos; sendo alvos de racismo no cotidiano.

No momento sob um governo de extrema direita, gostosamente apoiado pelas elites empresariais brancas, nada a esperar.

Nós, brancos e brancas, temos de denunciar, exigir responsabilização de todos os crimes de racismo e associar a luta contra o racismo àquela contra a desigualdade. As oposições democráticas, reunidas em frente ampla, devem assumir a derrubada efetiva do apartheid brasileiro como prioridade máxima na luta pela conquista do poder.

***Paulo Sérgio Pinheiro** é professor aposentado de ciência política na USP e ex-ministro dos Direitos Humanos.

Publicado originalmente no [blog da](#) Comissão Arns.

A Terra é Redonda